

Auto-imagem da cor

Maria Francisca Pinheiro Coelho

“**H**oje vou sair de preto. Não, vou de branco. Pensando bem, melhor variar um pouco. Não sei, ainda vou decidir.” A pessoa não está falando da cor da roupa. É da cor da pele. “Livre para escolher a raça”, assim o *Correio Braziliense* intitulou sua matéria no dia 13 de maio, aniversário da Lei Áurea, ao comentar os dados do censo sobre cor ou raça. No Brasil, vale a auto-imagem da cor. O senso adotou esse critério, que não difere da orientação de outros países. Alguns, inclusive, omitem essa questão no recenseamento.

O problema do brasileiro, ou quem sabe um valor cultural, é que, ao se requisitar a auto-classificação da cor, impera a variação. De fato, o auto-reconhecimento da raça é para lá de complexo no país: há brancos que se classificam como pardos, negros que se dizem brancos e pardos que preferem ser chamados de morenos. Isso quando a pergunta apresenta opções fechadas, porque na resposta aberta a imaginação corre solta. O próprio IBGE comprovou isso na pesquisa A Cor Denominada, com a pergunta “Qual a cor da raça?”, sem enumerar opções. Foram computadas 127 nomenclaturas diferentes de cores ou raças.

A ambigüidade brasileira no que diz respeito à cor provém de uma das virtudes da colonização portuguesa no Brasil, a mistura de raças, criando o tipo mestiço, característico da cultura, ou a morenidade, conceito definido por Gilberto Freyre. Contudo, isso não impediu o surgimento do racismo, construído sob a dominação do branco, mas produziu um tipo distinto do mesmo, que Oracy Nogueira classificou de preconceito racial de marca, ou de cor, em contraponto ao preconceito racial de origem, característico dos Estados Unidos. Os dois preconceitos apresentam-se de forma diferente: o preconceito de origem é manifesto, inofismável, emocional, separa duas nações; o de marca, latente, velado, varia de acordo com a aparência, consciência, vontade, amizade, status. Foi o que o censo mostrou. Porém, a dor da vítima do preconceito é a mesma e intransferível, independente dos que assumem sua cor ou que a guardam para si, no coração, pelos sentimentos de medo e inferioridade que lhes foram inculcados durante séculos.

Uma das características do preconceito de cor, principalmente em uma sociedade miscigenada como a do Brasil, é a discrepância entre a aparência de um indivíduo e a identificação que ele próprio faz de si ou que outros lhe atribuem. Com base nisso, quer-se aqui comentar alguns dados do censo que sugerem conclusões diferentes das que estão sendo veiculadas, e que requerem um debate maior dos especialistas da questão racial.

Não parece razoável que o crescimento dos que se reconhecem como negros — de 5% para 6,2%, nos últimos onze anos — justifique o alarde que se está fazendo de que a imagem que o brasileiro faz de si é mais nítida hoje. A negritude foi mais assumida, repetem. Além de pequena a tendência de crescimento, a perplexidade permanece: a discrepância entre o auto-retrato e a realidade. Não é irreal pensar a sociedade brasileira com apenas 6,2% de negros? O que os olhos nos mostram?

O pretenso otimismo se desvanece quando se observam os resultados das quatro opções oferecidas: 53,7% consideram-se brancos; 6,2%, pretos; 0,5%, amarelos; 39,1%, pardos; 0,4%, indígenas. A expectativa era que o número de pardos crescesse; no entanto, decaiu. Em 1991 eles foram 42,6%. Será que se, em vez de preto, a opção fosse negra, e de pardo fosse moreno ou mestiço, conceitos valorizados pela cultura, as pessoas não se identificariam mais com sua própria cor? Alguém no Brasil já ouviu a frase “eu adoro os pardos”?

Não ter preconceito de origem é um trunfo da sociedade brasileira, nem que seja para sonhar e sair por aí de cor em cor. Um tipo furta-cor. Há mais solidariedade e menos ódio. Além disso, existe o lado do folclore de uma cultura que cultivou o contato interétnico. O herói Macunaíma é um exemplo. Índio-negro-retinto costumava transformar-se em um príncipe lindo e fioso, quando ia brincar com Sofará. Transar. Ele mudava de cor como quem troca de roupa. Tinha poderes mágicos! Esse é o nosso mito de origem, no qual se inclui a mistura de raças.

Fantasia à parte, a realidade oculta profundo preconceito racial. Só os negros sabem porque a dor é deles. A política de cotas no país, 20% de vagas para os negros no serviço público federal, de acordo com o Programa Nacional dos Direitos Humanos, trará enorme benefício na correção das desigualdades raciais e sociais no país. As duas pirâmides são coincidentes. A cor vai embranquecendo — de fato ou porque se quer, ao estilo Macunaíma —, conforme se ascende na pirâmide social. Problema semelhante ocorre na área educacional. Quanto maior o nível de instrução, menor a participação dos negros. A dívida da sociedade com os negros só pode ser corrigida com uma ação compensatória. Os dados do Censo não deixam escapar essa realidade. Por mais que se cultue a fantasia, a definição da cor é também uma forma de consciência de classe e de raça.

MARIA FRANCISCA PINHEIRO COELHO, SOCIOLOGA, É PROFESSORA DO DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

E-mail: mfrancisca@persocom.com.br